



Boletim de Legislação



EJEF - escola que forma e informa

Nº 600 – 15 de julho de 2020

Abrangência: 04/07/2020 a 10/07/2020

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 10.415	DOU; 07/07/2020	Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência.	Dec. 10.415 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.416	DOU; 08/07/2020	Autoriza o uso de videoconferência nas reuniões de colegiados da administração pública federal.	Dec. 10.416 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.417	DOU; 08/07/2020	Institui o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor	Dec. 10.417 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.418	DOU; 08/07/2020	Regulamenta a verificação do cumprimento das normas gerais de inatividade e pensões do Sistema de Proteção Social dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, de que tratam os art. 24-A, art. 24-B e art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 24-D do referido Decreto-Lei.	Dec. 10.418 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.419	DOU; 08/07/2020	Regulamenta a alínea “e” do § 1º do art. 9º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e altera o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, para dispor sobre a inspeção ante mortem e post mortem de animais.	Dec. 10.419 (Site da Presidência da República)

<p>DECRETO Nº 10.420</p>	<p>DOU; 08/07/2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado</p>	<p>Dec. 10.420 (Site da Presidência da República)</p>
<p>DECRETO Nº 10.421</p>	<p>DOU; 10/07/2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020, que autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Lega</p>	<p>Dec. 10.421 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.019</p>	<p>DOU; 06/07/2020</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.</p>	<p>Lei 14.019 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.020</p>	<p>DOU; 07/07/2020</p>	<p>Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências</p>	<p>Lei 14.020 (Site da Presidência da República)</p>
<p>LEI Nº 14.021</p>	<p>DOU; 08/07/2020</p>	<p>Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.</p>	<p>Lei 14.021 (Site da Presidência da República)</p>

LEI Nº 14.022	DOU; 08/07/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Lei 14.022 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.023	DOU; 09/07/2020	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Lei 14.023 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.024	DOU; 10/07/2020	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020	Lei 14.024 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 7	DOU; 06/07/2020	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados por órgãos e entidades do Poder Executivo federal em relação às solicitações de transporte de equipamentos, medicamentos e insumos para o combate à Covid -19.	Res. 7 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 15.543	DOU; 06/07/2020	Divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.	Port. 15.543 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
-------------	-----------------------	---------------	--------------------------

PORTARIA Nº 284	DOU; 06/07/2020	Torna público o resultado das instituições certificadas no 3º Ciclo de Concessão do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional - RESGATA, promovido pelo Departamento Penitenciário Nacional.	Port. 284 (Site da Imprensa Nacional)
-----------------	--------------------	--	--

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 108	DJE/CNJ; 09/07/2020	Institui Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e indicação de soluções com vistas à formulação de políticas judiciárias sobre a igualdade racial no âmbito do Poder Judiciário.	Port. 108 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 323	DJE/CNJ; 09/07/2020	Altera a Resolução CNJ no 135/2011, que dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências.	Res. 323 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 324	DJE/CNJ; 09/07/2020	Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Proname.	Res. 324 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 327	DJE/CNJ; 09/07/2020	Disciplina a requisição de precatórios em face da Fazenda Pública Federal pelos tribunais de justiça, bem como o envio de informações aos órgãos públicos federais responsáveis pelo processamento e pagamento.	Res. 327 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PROVIMENTO Nº 108	DJE/CNJ; 04/07/2020	Dispõe sobre o envio de dados estatísticos pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativos à fiscalização das obrigações impostas a notários e registradores de todo o Brasil, no cumprimento dos termos do Provimento n. 88/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça e de correlatas sanções que tenham sido aplicadas, na forma do art. 12 da Lei n. 9.613/98 e dá outras providências.	Prov. 108 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 63	Minas Gerais; 04/07/2020	Dispõe sobre medidas de articulação e integração de prestadores de serviço de saúde diante da insuficiência e da indisponibilidade temporária dos medicamentos que especifica.	Delib. 63 (Site da ALMG)
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 64	Minas Gerais; 09/07/2020	Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 33, de 14 de abril de 2020, que afeta o imóvel que especifica para fins de uso público como unidade hospitalar temporária – Hospital de Campanha – enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em todo o território do Estado.	Delib. 64 (Site da ALMG)
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 65	Minas Gerais; 09/07/2020	Ratifica a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 63, de 4 de julho de 2020.	Delib. 65 (Site da ALMG)
DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 66	Minas Gerais; 09/07/2020	Altera o Anexo da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de abertura das macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente e dá outras providências.	Delib. 66 (Site da ALMG)
LEI Nº 23.674	Minas Gerais; 10/07/2020	Estabelece princípios e diretrizes para as ações relativas à adoção do teletrabalho no serviço público estadual e dá outras providências.	Lei 23.674 (Site da ALMG)
LEI Nº 23.675	Minas Gerais; 10/07/2020	Altera o art. 4º da Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por Coronavírus.	Lei 23.675 (Site da ALMG)
LEI Nº 23.676	Minas Gerais; 10/07/2020	Dispõe sobre o prazo de validade do laudo médico-pericial que atesta Transtorno do Espectro do Autismo – TEA –, para os fins que especifica.	Lei 23.676 (Site da ALMG)
LEI Nº 23.677	Minas Gerais; 10/07/2020	Altera a Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por Coronavírus.	Lei 23.677 (Site da ALMG)

LEI Nº 23.678	Minas Gerais; 10/07/2020	Acrescenta alínea ao inciso I do caput do art. 12 da Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por Coronavírus.	Lei 23.678 (Site da ALMG)
LEI Nº 23.679	Minas Gerais; 10/07/2020	Dispõe sobre a comercialização e a distribuição de álcool em gel no Estado.	Lei 23.679 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 200	Minas Gerais; 08/07/2020	Dispõe sobre o plantão da Defensoria Pública nos feriados e pontos facultativos que menciona.	Res. 200 (Site da Casa Civil de MG)
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 8	Minas Gerais; 09/07/2020	Dispõe sobre a prorrogação da vigência das Resoluções Conjuntas DPG / CGDPMG n. 004/2020 e 006/2020 até o dia 31 de julho de 2020.	Res. Conj. 8 (Site da Casa Civil de MG)
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 9	Minas Gerais; 09/07/2020	Dispõe sobre a constituição de comissão de atuação institucional e técnica destinada a apresentar proposta de plano de retomada gradual das atividades presenciais na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, suspensas parcialmente em razão da pandemia mundial provocada pelo novo Coronavírus.	Res. Conj. 9 (Site da Casa Civil de MG)

ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 10.197	Minas Gerais; 09/07/2020	Determina as providências administrativas necessárias ao cumprimento das Deliberações nº 33, de 14/04/2020, e nº 64, de 08/07/2020, do Comitê Estadual Extraordinário COVID-19, para assegurar o adequado funcionamento do Hospital de Campanha instalado no Centro de Feiras de Minas Gerais – Expominas, anexo ao Parque de Exposição da Gameleira, em Belo Horizonte, destinado ao atendimento de pacientes da Covid-19, enquanto durar o estado de calamidade.	Res. Conj. 10.197 (Site da Casa Civil de MG)

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
-------------	-----------------------	---------------	--------------------------

DECRETO Nº 17.383	DOM; 07/07/2020	Altera o Decreto nº 17.362, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre medidas voltadas à prevenção da disseminação da epidemia de covid-19 no serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus do Município.	Dec. 17.383 (Site da PBH)
-------------------	--------------------	--	--

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 4.874	DJE; 08/07/2020 (<i>Republicação</i>)	Delega competência aos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 4.874 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.878	DJE; 06/07/2020	Altera a Portaria da Presidência nº 4.866, de 2 de julho de 2020, que "Designa desembargadores para o exercício de Superintendências, no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências".	Port. 4.878 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.879	DJE; 06/07/2020	Designa integrantes das comissões permanentes que especifica.	Port. 4.879 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.880	DJE; 06/07/2020	Designa magistrado para coordenar o projeto Cineclubes TJ e altera a Portaria da Presidência nº 3.031, de 29 de julho de 2014.	Port. 4.880 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.881	DJE; 06/07/2020	Designa integrantes do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais.	Port. 4.881 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.882	DJE; 07/07/2020	Altera a Portaria da Presidência nº 4.879, de 6 de julho de 2020, que "Designa integrantes das comissões permanentes que especifica".	Port. 4.882 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.883	DJE; 07/07/2020	Designa magistrados para comporem a Comissão Gestora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - Nugep, e revoga a Portaria da Presidência nº 4.169, de 6 de julho de 2018.	Port. 4.883 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.884	DJE; 08/07/2020	Designa integrantes do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais.	Port. 4.884 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.885	DJE; 09/07/2020	Altera a Portaria da Presidência nº 4.879, de 6 de julho de 2020, que "Designa integrantes das comissões permanentes que especifica".	Port. 4.88j5 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.886	DJE; 09/07/2020	Designa os integrantes do Núcleo de Voluntariado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - NV/TJMG e revoga as Portarias da Presidência nº 4.334, de 17 de dezembro de 2018, nº 4.337, de 10 de maio de 2019, e nº 4.514, de 24 de julho de 2019.	Port. 4.886 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 4.887	DJE; 10/07/2020	Designa integrantes do Centro de Segurança Institucional - CESI de que trata o art. 24 da Resolução do Órgão Especial nº 854, de 27 de setembro de 2017.	Port. 4.887 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.888	DJE; 10/07/2020	Designa integrantes da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - COMSIV.	Port. 4.888 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.889	DJE; 10/07/2020	Designa os integrantes do Núcleo de Voluntariado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - NV/TJMG.	Port. 4.889 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.890	DJE; 10/07/2020	Delega as competências que especifica	Port. 4.890 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.891	DJE; 10/07/2020	Delega ao servidor ocupante do cargo de Diretor Executivo da Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio e ao servidor ocupante do cargo de Gerente da Gerência de Compra de Bens e Serviços as competências que menciona.	Port. 4.891 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.892	DJE; 10/07/2020	Delega ao servidor ocupante do cargo de Diretor Executivo da Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial as competências que menciona.	Port. 4.892 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.893	DJE; 10/07/2020	Designa servidores para assinarem, digitalmente, o Diário Judiciário Eletrônico.	Port. 4.893 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.894	DJE; 10/07/2020	Delega competência a servidor para a prática de atos necessários à emissão de certificação digital "e-PJ" do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	Port. 4.894 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.895	DJE; 10/07/2020	Altera a Portaria da Presidência nº 4.875, de 3 de julho de 2020, que "Designa magistrados para coordenarem os segmentos permanentes do Programa Novos Rumos na Execução Penal, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais".	Port. 4.895 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 4.896	DJE; 10/07/2020	Altera a Portaria da Presidência nº 4.866, de 2 de julho de 2020, que "Designa desembargadores para o exercício de Superintendências, no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dá outras providências".	Port. 4.864 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DO CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
---------------	--------------------------------	---------------	--------------------------

AVISO Nº 41	DJE; 07/07/2020	Avisa que ficam sem efeito os Ofícios Circulares da Corregedoria-Geral de Justiça nº 98, de 1º de setembro de 2009, nº 32, de 19 de março de 2010, nº 150, de 13 de setembro de 2013, nº 170, de 23 de novembro de 2016, nº 111, de 6 de julho de 2017, nº 127, de 26 de junho de 2017, nº 178, de 20 de outubro de 2017, nº 91, de 30 de maio de 2019, e nº 162, de 30 de setembro de 2019.	Aviso 41 (Site do TJMG)
AVISO Nº 42	DJE; 08/07/2020	Avisa sobre a necessidade de atualização semestral da lista geral de vacância no prazo determinado.	Aviso 42 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.470 (EXTRATO)	DJE; 07/07/2020	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 6.470 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.476 (EXTRATO)	DJE; 07/07/2020	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 6.476 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.477	DJE; 07/07/2020	Designa juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Paracatu e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.210, de 1º de outubro de 2019.	Port. 6.477 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.478	DJE; 07/07/2020	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Juiz Corregedor de Presídios da Comarca de Paracatu e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.211, de 1º de outubro de 2019.	Port. 6.478 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.479	DJE; 07/07/2020	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Congonhas.	Port. 6.479 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.480	DJE; 07/07/2020	Designa juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Muriaé e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.067, de 5 de junho de 2019.	Port. 6.480 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.481	DJE; 07/07/2020	Designa juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Santa Luzia.	Port. 6.481 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.482	DJE; 07/07/2020	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.718, de 11 de setembro de 2018, que “reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Araxá”.	Port. 6.482 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.483	DJE; 07/07/2020	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.774, de 3 de outubro de 2018, que “reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Juiz Corregedor de presídios da Comarca de Araxá”.	Port. 6.483 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.484	DJE; 08/07/2020	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de João Pinheiro e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.379, de 18 de março de 2020.	Port. 6.484 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.485 (EXTRATO)	DJE; 08/07/2020	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 6.485 (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO Nº 5	DJE; 07/07/2020	Recomenda sobre a obrigatoriedade de expedição, pelas Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais, da certidão de triagem, a que se refere o art. 195 do Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018, que “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”.	Recom. 5 (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO Nº 6	DJE; 07/07/2020	Recomenda a realização das audiências por videoconferência, a suspensão das audiências de custódia e observância das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), nas unidades judiciárias da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais, e torna sem efeito o Aviso nº 38, de 25 de junho de 2020.	Recom. 6 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.